

Auto-avaliação como Dispositivo Fundante da Avaliação Institucional Emancipatória

MARIA ISABEL DA CUNHA *

Recebido: 15/08/04

Aprovado: 25/10/04

* Doutora em Educação pela UNICAMP, professora da UNISINOS, foi membro da Comissão Especial de Avaliação (SESu), que elaborou a proposta do SINAES.

Resumo: A avaliação carrega elementos de regulação e emancipação que devem estar em constante equilíbrio para garantir uma concepção pedagógica aos processos que lhe dão consistência. No contexto da avaliação institucional, na perspectiva emancipatória, é preciso uma forte intencionalidade para dar a essa dimensão uma condição de destaque. A auto-avaliação é o dispositivo matriz da avaliação emancipatória, que deve repercutir na melhoria do sistema educacional. Quando se trata da auto-avaliação institucional, é preciso recuperar a complexidade que assume esse termo, centrando nas instituições, seus grupos constituídos, seus objetivos, projetos, programas, cursos e atividades o foco principal. A auto-avaliação tem, como referente principal, o Projeto Pedagógico da Instituição e, quanto mais participativo esse for construído, maior é a garantia de compromisso dos envolvidos com suas metas, formando uma cultura avaliativa. Tomando o contexto do atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, é preciso esforços intencionais para que as políticas públicas tenham respaldo da comunidade acadêmica e traduzam-se em dispositivos de qualificação da educação superior.

Palavras-chave: avaliação institucional; auto-avaliação; educação superior

Self-evaluation as a founding device of emancipating institutional evaluation

Abstract: Evaluation carries elements of regulation and emancipation, which have to maintain constant equilibrium in order to guarantee a pedagogical conception to the processes that give it consistency. In the context of institutional evaluation, in an emancipatory perspective, a strong intentionality is needed in order to give this dimension a condition of prominence. Self-evaluation is the matrix device of emancipatory evaluation, which needs to rebound in the improvement of the educational system. When it is the matter of institutional self-evaluation, it is necessary to recuperate the complexity that assumes this term, centering the main focus on the institutions, their constituted groups, their objectives, projects, programs, courses and activities. Self-evaluation has, as its main reference, the Pedagogical Project of the Institution and, the more participatory it is, the greater is the commitment of those involved with its goals, forming an evaluative culture. Within the context of the present National System of Higher Education Evaluation – SINAES, intentional efforts are needed in order to give public policies the backing of the academic community and to assure that they become devices to improve higher education.

Key-words: institutional evaluation; self-evaluation; higher education.

A avaliação carrega, em si, elementos de regulação e emancipação e pressupõe um equilíbrio entre essas duas forças. Ao negar a função de regulação, fechamos os olhos sobre a realidade da natureza humana, que se constitui, em grande parte, de culturas socialmente construídas, assumindo rituais, costumes, valores; aquilo que Bourdieu denomina de *habitus*¹.

Ao nos distanciarmos da função emancipatória, reconhecemos a avaliação como um processo colonialista e autoritário, que desconsidera os sujeitos e as culturas, impondo padrões externos definidos longe dos protagonistas e seus valores.

No âmbito da comunidade acadêmica, temos teorizado mais sobre a avaliação emancipatória, do que tido vivências nesse sentido, pois nossas práticas têm enfatizado, principalmente, traços da avaliação regulatória. Há, ainda, práticas de sala de aula que são exemplos do uso da avaliação como regulação, em que a principal função desses processos é punir aqueles que se desviam de um padrão pré-estabelecido ou ancorado subjetivamente no professor. Como se trata de um processo historicamente constituído, o professor repete com seus alunos aquilo que viveu com seus professores, sem uma reflexão aprofundada sobre seus saberes e fazeres.

Portanto, em que pese o fato de que nosso discurso acadêmico defenda uma avaliação institucional emancipatória, precisamos de uma forte intencionalidade para fazer a ruptura com os padrões da regulação.

Vale, também, pensar sobre o imaginário coletivo construído em torno da expressão auto-avaliação, no ambiente acadêmico. Em geral essa expressão veio para nós, professores, no bojo das chamadas pedagogias não-diretivas, em que era entendido como autoritário o exercício da autoridade que o professor exercia ao avaliar. Certamente esse movimento quis se contrapor às relações de poder verticais, que extrapolavam o bom senso necessário ao avaliador, assumindo estratégias punitivas e pouco pedagógicas. Entretanto, talvez por falta de um amadurecimento dos protagonistas, a auto-avaliação começou a ser atingida por uma perspectiva de *laissez-faire* onde o professor, ao tentar despir-se de autoritarismo, perdia a condição necessária de autoridade. Nem sempre havia preparação suficiente para dar legitimidade à auto-avaliação. E foi-se abandonando essa prática ou tomando-a somente como complementar no processo de avaliação. Mais trágicas, ainda, foram práticas em que o professor avaliava a auto-avaliação do aluno, inconformado com a indefinição de rigor nos juízos atribuídos. O que se percebe, pelo menos nos espaços da pedagogia universitária, é que a cultura da auto-avaliação foi se perdendo, se tornando assessória ou até inexistente. Prova-

1 Habitus - Expressão usada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para caracterizar sistemas de disposições duráveis e transponíveis, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é produto (1994, p. 82).

velmente sejam muito poucos os professores que ainda continuam a desenvolver essa prática.

Voltando à avaliação institucional, quando defendemos a auto-avaliação como elemento central de seu desenvolvimento na universidade, temos de fazer um esforço para ressignificar o termo, a fim de dar a ele a legitimidade que deve ter. Reitero que os processos de avaliação são processos culturais. São precisos esforços intencionais para fundar as bases da participação reflexiva, pois não é essa a nossa história e vivência cotidiana. Para ultrapassar a concepção e a prática da avaliação como mera função regulatória e legalista é preciso partir de outra lógica, com outro sentido filosófico, ético e político.

São precisos esforços intencionais para fundar as bases da participação reflexiva, pois não é essa a nossa história e vivência cotidiana.

Nessa perspectiva, estamos assumindo como referente a visão conceitual do SINAES, onde *avaliação de caráter educativo é uma prática social, com objetivos essencialmente formativos, voltada tanto para a obtenção de informação que gerem reflexões indutoras da melhoria da qualidade acadêmica quanto para o julgamento a respeito de como o sistema e as instituições de educação superior cumprem suas funções públicas* (2003, p.64).

A avaliação só alcança sentido educativo na sua condição pedagógica. Ela é vazia de atributos valorativos quando percebida isoladamente. Por sua natureza ela é sempre reveladora de uma visão filosófica, ética e política. De pouco adianta melhorar a avaliação se isso não repercuta na melhoria do sistema educacional e das pessoas nele envolvidas.

Nesse sentido, temos defendido que, nas estratégias de avaliação institucional, o processo pode ser tão ou mais rico que o produto. E, nesse aspecto, a auto-avaliação é o fio condutor. Falar em auto-avaliação de uma instituição extrapola a perspectiva individual, como se o importante fosse que cada um fizesse uma espécie de “exame de consciência”, com critérios subjetivos. A auto-avaliação institucional tem de ter como referência os processos de trabalho, nas suas múltiplas manifestações e objetivos. Mais do que pessoas isoladas (avaliar o aluno, o professor ou o gestor) o importante é uma reflexão dirigida para os grupos constituídos em torno de objetivos, metas, programas, projetos, cursos e as diferentes atividades que a instituição realiza. É certo que as equipes são constituídas de pessoas e essas não devem ter a sua condição relegada; mas a avaliação institucional, sendo coletiva, quer tomar essa dimensão no processo de auto-avaliação. O que vale é que o próprio grupo se pergunte se os objetivos que

propõem para si estão sendo atingidos e o que cada um pode fazer para otimizar as metas propostas.

Pode ser redundante, mas não menos importante repetir que a avaliação institucional só é possível quando referendada num Projeto Pedagógico claro e

assumido coletivamente pelos que fazem a instituição. Além disso, vale explicitar que, quanto maior a participação da comunidade acadêmica na definição desse Projeto, maior será seu compromisso com o alcance dos objetivos propostos. E deverão ser sempre eles os referentes da avaliação.

É claro que há padrões universais que povoam nosso imaginário, quando pensamos numa universidade de qualidade. Muitos deles são permanentes e próprios da natureza dessa instituição. Esses compõem um quadro referencial básico da avaliação institucional.

Ninguém discute, por exemplo, que a universidade tem compromisso com a pesquisa e a produção de conhecimento; também não desconsidera a necessidade da formação de um profissional cidadão, muito menos despreza a função social democratizadora que a universidade pode ter na sociedade. Entretanto, há outras peculiaridades construídas social, geográfica e historicamente que interferem na identidade das Instituições, produzindo uma diversificação do ensino superior, no Brasil, como registra o documento do SINAES.

Incorporar a avaliação como cultura é assumir a concepção de conhecimento como processual e provisório, típico da condição investigativa.

Seja por iniciativa própria ou mais fortemente por desafios impostos pelos governos, por organismos multilaterais, pelo mercado ou por setores difusos da sociedade, as instituições de educação superior hoje se vêm pressionadas a dedicar-se a aspectos tão diferentes quanto importantes, contraditórios ou não, como produção de tecnologia de ponta e a capacitação para o trabalho em profissões antigas ou novas, a formação de cidadãos reflexivos e críticos, mas também profissionais empreendedores, inovação tecnológica para a grande indústria e de baixo custo para as pequenas empresas, juntamente com a preservação da alta cultura e da cultura popular, educação continuada e atendimento a demandas imediatas, desenvolvimento de consciência de nacionalidade e, ao mesmo tempo inserção ativa no mundo globalizado, atendimento a carências educacionais e de saúde da população e pressão pelo sucesso individual e tantas outras demandas e exigências distintas e, muitas vezes, antagônicas (2003, p. 87).

No enfrentamento desse desafio, as instituições, ainda que tenham de garantir o cumprimento de suas finalidades fundamentais, fazem escolhas e constroem suas formas e conteúdos próprios que precisam ser respeitados. Essas escolhas se constituem no Projeto Pedagógico e constroem uma identidade institucional decorrente da sua história, condições de produção, valores, demandas concretas e relações interpessoais.

A auto avaliação se desenvolve assumindo os critérios de qualidade indicados no Projeto Pedagógico da Universidade. Esse, certamente, incorpora alguns parâmetros universais, mas indicará a intensidade e diversidade pela sua própria autoria e protagonismo.

Sendo a auto-avaliação um compromisso institucional, é preciso delinear instâncias de desenvolvimento dos processos no interior da universidade. Certamente haverá necessidade de um órgão articulador da avaliação que procurará criar o clima necessário à adesão de todos os integrantes da comunidade acadêmica ao processo. Reunirá, também os dados e coordenará a divulgação dos mesmos. Ao considerarmos a avaliação um processo cultural, encaminhamos para a implantação de um ciclo permanente de avaliação que crie estruturas capazes de dar suporte ao processo avaliativo. Também seria muito interessante, incluir a pesquisa na rotina da avaliação institucional, incorporando, na prática, um dispositivo que faz parte da própria natureza da universidade. Nesse sentido, pesquisar as experiências vividas no processo de avaliação podem conferir a essa atividade um caráter interessante de produção de conhecimento.

Incorporar a avaliação como cultura é assumir a concepção de conhecimento como processual e provisório, típico da condição investigativa. Nesse sentido se garante melhor a função diagnóstica da avaliação, cujos dados implementam novas ações.

A disposição para a auto-avaliação envolve ainda confiança. Confiança na transparência dos procedimentos e no uso dos dados obtidos. Envolve uma ética institucional que aponta para uma necessária coletivização de processos. Usar dados da avaliação numa perspectiva punitiva, que coloque as pessoas em estado de insegurança é condenar o processo na sua dimensão pedagógica e emancipatória. Preservar um clima institucional favorável é tão ou mais importante do que ter instrumentos adequados e/ou alcançar, momentaneamente, índices satisfatórios. É preciso garantir transparência nos procedimentos e no uso dos dados da avaliação para ter como parceira a confiança dos interlocutores.

De pouco vale a legislação maior propor um processo participativo, que por sua natureza é complexo e exigente, se a universidade não se mobilizar, acreditando na auto-avaliação como estruturante do seu processo avaliativo.

A dimensão da inovação é outra variável importante a ser incluída na avaliação que se quer caracterizar como emancipatória. Com ela vem a aposta no componente positivo da avaliação, em contraponto com a visão punitiva tão presente no coletivo dos docentes e estudantes. É importante garimpar o que vem sendo feito de bom em termos de sala de aula, de pesquisa, de extensão; experiências de gestão, articulações com os movimentos sociais e mundo produtivo e tantas outras iniciativas que precisam de visibilidade para se legitimar e influenciarem parcerias crescentes. Esse é um importante papel da avaliação emancipatória. Evitar a valorização extrema do indivíduo porque essa condição produz o individualismo e exacerba os valores da competitividade. Dar voz, porém, aos protagonistas dos processos educativos, em especial aos que acionam os coletivos na perspectiva da mudança. A universidade que inclui e valoriza os processos inovadores na sua auto-avaliação reconhece a sua condição de produtora de conhecimentos e práticas e antecipa dados importantes que possam alimentar a avaliação externa.

Exercitar a auto avaliação pressupõe saber falar, mas, principalmente, saber ouvir. Abrir canais para que as pessoas, ao serem reconhecidas pelo seu protagonismo, sejam reconhecidas pelo seu compromisso.

Exercitar a auto avaliação é fugir das dualidades classificatórias, tão acarinhadas pela ciência moderna, como bom/ruim, certo/errado, aprovado/reprovado, capaz/incapaz e por aí adiante. É incorporar a relatividade sem, entretanto, perder o rigor. Os dados não devem estar a serviço de uma escala de classificação, mas sim servirem para a formulação de um julgamento sobre a qualidade dos serviços educativos prestados pela instituição e melhorar a tomada de decisões.

Na perspectiva da avaliação emancipatória, o uso da auto-avaliação não é opcional. É, sim, matriz. Quer na oportunidade a cada um dos protagonistas acadêmicos, quer para os coletivos, quanto para a própria universidade. A partir dela podem ser bem-vindas as avaliações externas. Nesse contexto, a universidade não se reduz, apenas, a ser objeto do olhar ultramuros. Ela está preparada para o diálogo, porque já viveu processos em que se reconhece nas múltiplas dimensões e potencialidades. Isto é, já exerceu a sua autonomia com responsabilidade. E, como parte da sua essência, sem autonomia, não há universidade.

Vale a pena, pois, investir num processo de avaliação com características emancipatórias, especialmente num momento em que se conquista uma legislação federal que caminha na mesma direção. Como afirma Dias Sobrinho (2002)

onde há uma avaliação externa controladora e bem consolidada, dificilmente prosperam as auto-avaliações formativas. É muito complicado conciliar o poder coercitivo da avaliação eficientista, controladora, e promo-

tora da competitividade individual imposta pelos governos, com outra que prefere a solidariedade, a cooperação, a cidadania e as responsabilidades inseridas no contexto da sociedade (p. 154).

Entretanto, é fundamental explicitar que esse é um movimento de duas vias. De pouco vale a legislação maior propor um processo participativo, que por sua natureza é complexo e exigente, se a universidade não se mobilizar, acreditando na auto-avaliação como estruturante do seu processo avaliativo.

Parece que vivemos num momento histórico peculiar. Colocar energias na reconstrução do nosso protagonismo nos processos avaliativos é o desafio. A tarefa é complexa, mas, certamente, terá muito mais sentido para todos que compreendem a universidade no seu inestimável valor social.

Bibliografia

ORTIZ, Renato (org) *Pierre Bourdieu*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo, Ed. Ática, Vol. 39, 1994, 2 ed.

DIAS SOBRINHO, José. *Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado*. Florianópolis, RAIES/Ed. Insular, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Relatório da Comissão Especial de Avaliação*. Brasília, 2003.